



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS  
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**CLEISON SANTANA CAVALCANTE**

**A PALAVRA TEM PODER: A “POESIA MARGINAL” COMO INSTRUMENTO DE  
RESISTÊNCIA E DENÚNCIA DA JUVENTUDE NEGRA SOTEROPOLITANA**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2019**

**CLEISON SANTANA CAVALCANTE**

**A PALAVRA TEM PODER: A “POESIA MARGINAL” COMO INSTRUMENTO DE  
RESISTÊNCIA E DENÚNCIA DA JUVENTUDE NEGRA SOTEROPOLITANA**

Trabalho de Conclusão de Curso – Modalidade Projeto de Pesquisa – apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito para a obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Tacilla Da Costa e Sá Siqueira Santos.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2019**

**CLEISON SANTANA CAVALCANTE**

**A PALAVRA TEM PODER: A “POESIA MARGINAL” COMO INSTRUMENTO DE  
RESISTÊNCIA E DENÚNCIA DA JUVENTUDE NEGRA SOTEROPOLITANA**

Trabalho de Conclusão de Curso – Modalidade Projeto de Pesquisa – apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito para a obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Data de aprovação: 03/09/2019.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tacilla da Costa e Sá Siqueira Santos (Orientadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Prof. Dr. Eduardo Antonio Estevam Santos**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Prof. Dr. Márcio André de Oliveira dos Santos**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

80 DISPAROS  
E quem ta nos prédios  
Vai gritar que era sim culpado  
O Estado executando por diversão nossos aliados  
em estado de choque meu coração  
não suporta mais os maus tratos.  
DESGRAÇA!!!  
As palavras já estão cansadas de serem repetidas  
em cada rima que escrevo com lágrimas  
A palavra tem poder meu pai,  
Será que o senhor não escuta cada poesia implorado pela vida dos nossos iguais? Situações  
atuais que já foram vividas pelos meus ancestrais 80 tiros e se fosse nos brancos seríamos  
radicais demais?  
É que vocês não suportam o poder da pele preta Tem que ser pique panteras negras  
Queria mesmo sangue de branco servindo de tinta para asfalto,  
mas se eu falo isso,  
vocês argumenta que faz muito mal  
esse meu ódio guardado  
80 tiros não é engano,  
engano é chamar cara pálida de mano  
Até quando meu discurso vai se repetir?  
Até quando não vou escrever frases que nos façam sorrir Impedem nosso direito de existir,  
continuamos a resistir  
É que preto tem fama de gaiato, gosta de se exhibir Se for assim vão ter que nos engolir  
levantando bandeira de fogo nos racistas sim  
Quando falei das armas para cortar a cabeças de vocês  
eu não tava brincando,  
enquanto eu viver minha arma vai ser a palavra  
e eu continuarei lutando,  
se eu portar um cano,  
faz parte dos meus planos  
impedir seus planos.  
(Sophia Araújo, 2019)

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	6
<b>2</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	8
<b>3</b>	<b>OBJETIVOS</b>	10
3.1	OBJETIVO GERAL	10
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
<b>4</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO/REVISÃO DE LITERATURA</b>	11
4.1	A PRESENÇA DO RACISMO INSTITUCIONAL NA SEGURANÇA PÚBLICA	11
4.2	A CRIMINALIZAÇÃO E A VIOLÊNCIA SELETIVA COMO FUNDAMENTOS DO GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA	16
4.3	A POESIA MARGINAL	22
4.4	A RUA TEM VOZ: POESIAS MARGINAIS SOTEROPOLITANAS	24
<b>5</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	30
<b>6</b>	<b>CRONOGRAMA</b>	32
	<b>REFERÊNCIAS</b>	33
	<b>APÊNDICE</b>	35

## 1 INTRODUÇÃO

*A justiça não é cega, é seletiva e racista!  
Quando eu falo disso me chamam de extremista.  
(Dandara Cruz, 2019)*

Este projeto tem como objetivo compreender como a poesia marginal se torna uma estratégia de resistência e denúncia da violência policial contra os(as) jovens negros e negras da cidade de Salvador. Os sujeitos pesquisados serão jovens negros(as) entre 15 aos 25 anos de idade, residentes em bairros periféricos de Salvador, e que se expressam artisticamente através do rap e da “poesia marginal”<sup>1</sup>.

Ao longo da minha trajetória de vida, alguns amigos (jovens negros e negras) tiveram suas vidas ceifadas por despreparo e confronto policial. Dentro dessa experiência eram/são perceptíveis a violência policial e o abuso de poder que se deu/dão em cada abordagem que inclui até a entrada - sem mandato judicial - em residências localizadas nas periferias da cidade. No âmbito dessas ações é notória a violação dos direitos humanos e o quanto determinados indivíduos são expostos a um constrangimento marcado pelo racismo.

Entendendo a importância e o poder da arte de modo geral e da escrita poética particularmente, buscarei com o projeto aqui apresentado compreender como a juventude negra soteropolitana se organiza e usa a poesia marginal como estratégia de resistência e denúncia contra as opressões cometidas pelo Estado brasileiro, através, principalmente, da ação policial. Diante do exposto parto da seguinte questão de pesquisa: *Como a poesia marginal se torna uma estratégia de resistência e denúncia a violência contra os(as) jovens pretos e pretas da cidade de Salvador?*

Transferi para este texto algumas das considerações feitas até o momento, que serão organizadas em três partes. Na primeira transitei pela dimensão histórica da violência institucionalizada legalmente, desde o período escravocrata, assim como quais foram suas novas formulações de controle social a partir da abolição, demonstrando quem são os alvos da violência do Estado brasileiro entendendo o que é o racismo institucional e como ele opera na segurança pública afetando cotidianamente a vida da população negra.

Na segunda parte procurarei ressaltar a seletividade encontrada na corporação da polícia militar, consequência do período pós-abolicionista, demonstrando o quanto isso é um fator que resulta na criminalização e no genocídio do povo negro. Nessa perspectiva trago a chacina do Cabula e as repercussões midiáticas a respeito do caso, como exemplos ilustrativos.

---

<sup>1</sup> Explicarei adiante a utilização do termo “Poesia Marginal” em referência à obra poética analisada neste trabalho.

Por fim, na terceira parte, irei abordar a ideia de “poesia marginal” e a estratégia do uso da oralidade e da escrita como mecanismos de denúncia e de resistência a opressão policial, trazendo algumas produções poéticas de jovens negros e negras da cidade de Salvador, que serão no decorrer da pesquisa analisadas.

## 2 JUSTIFICATIVA

*O sistema nos extermina  
Com uma crueldade sangrenta  
A população preta, carece de atenção  
Para eles, todo preto é ladrão.  
(Natália Paraguassu, 2019)*

O presente projeto é importante para compreender como os jovens negros e negras moradores de periferia da cidade de Salvador usam a arte poética – aliada a performances em ônibus e saraus realizados em suas comunidades – como estratégia de luta poeticamente pedagógica contra a violência estatal.

A poesia marginal à qual faço aqui referência, carrega a realidade presente na sociedade em que vivemos, trazendo uma explosão de insatisfações para com a violência e mostrando como alguns jovens periféricos trazem em suas narrativas poéticas uma indignação sobre o olhar opressor. A arte poética produzida é um mecanismo de expressar angústias e mobilizar forças de forma crítica. Os relatos dos jovens e das jovens aqui apresentados expressam poeticamente medos, inseguranças, frustrações e as ameaças constantes que vivenciamos. Indicam que há uma espécie de “guerra” em que os corpos negros estão no centro sendo bombardeados de diversas maneiras. De forma geral, indicam que as pessoas negras e residentes de bairros periféricos são as mais atingidas, tendo seu estilo de vida, suas vestimentas, e seus comportamentos marginalizados. Perceber a arte como um instrumento de resistência, é perceber também um conjunto de pensamentos políticos, de luta e de enfrentamento contra uma estrutura governamental que abusa do seu poder para amedrontar e ameaçar a vida da população negra brasileira, particularmente, neste projeto, a soteropolitana. Neste sentido, o foco central da pesquisa que será realizada consiste em mostrar o uso poético como resistência e contestação contra a violência policial direcionada aos jovens negros e negras moradores em periferia na cidade de Salvador.

Sobretudo a realização da pesquisa tem o intuito de demonstrar como a resistência materializada em “poesia marginal” é um fator presente no cotidiano dos jovens negros e negras. Vale salientar que o espaço em que esses jovens estão inseridos é um espaço excludente e, na maioria das vezes, insignificante para o Estado. Percebe-se, portanto, o quanto o tratamento direcionado a esses jovens é carregado de valores e preconceitos, o que reforça a estrutura opressora e escravagista estatal.

O Estado é o principal contribuinte da criminalização da população negra, fazendo com que jovens negros e negras andem “de mãos dadas” com a realidade da violência policial.



Importa ressaltar, neste sentido, a patente criminalização e o preconceito presente no cotidiano da juventude negra moradora das periferias.

Neste sentido, em um país onde as pessoas negras diariamente são violentadas, desumanizadas e silenciadas, em um país em que corpos não negros são humanizados, imaculados, elevados como o detentores do conhecimento, o que deve ser escutado e não questionado, quando seguimos e compreendemos o que é ser negro em território brasileiro e o que é ser branco em contrapartida disto, a pesquisa proposta segue sendo importante para que possamos ecoar vozes múltiplas, para que possamos “discutir” novas formas de luta e estratégias de resistências, em particular, da juventude negra soteropolitana.

### 3 OBJETIVOS

Meus olhos já se cansaram de ver tanta dor  
E eu? Me pergunto se no mundo ainda há amor  
Não aguento mais dormir ao som sinfonia de tiros,  
E amanhecer o dia sabendo que perdi mais alguns.  
(Môa, 2018)

#### 3.1. OBJETIVO GERAL

Este projeto de pesquisa tem como **objetivo geral** compreender como a poesia marginal se torna uma estratégia de resistência e denúncia a violência policial contra os(as) jovens negros e negras soteropolitanos.

Neste sentido questionamos: *Como a poesia marginal se torna uma estratégia de resistência e denúncia a violência policial contra os(as) jovens pretos e pretas da cidade de Salvador?*

#### 3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

São **objetivos específicos** do projeto aqui proposto:

- Compreender como a “poesia marginal” reflete a identidade e a vivência dos jovens negros e negras que residem nas periferias de Salvador.
- Analisar a construção poética dos jovens negros e negras como estratégia de contestação e resistência à violência policial na Cidade de Salvador.
- Analisar o discurso racial e a insatisfação com o tratamento das investidas policiais presentes na produção poética dos jovens negros e negras da periferia de Salvador.

## 4 REFERENCIAL TEÓRICO/REVISÃO DE LITERATURA

### 4.1 A PRESENÇA DO RACISMO INSTITUCIONAL NA SEGURANÇA PÚBLICA

Um modal de segurança pública  
 Que segue na contramão da ajuda  
 Que não protege, viola direitos  
 E estupram até mulheres  
 Nos carros da viatura  
 Eu não me sinto segura.  
*(Dandara Cruz, 2019)*

No Brasil os processos dialéticos de inclusão/exclusão sócio historicamente estão atrelados ou intensificados pelo período escravagista. Desde a suposta libertação das pessoas escravizadas no território brasileiro, em 1888, que podemos observar e apontar as consequências da escravização perpassadas em todos os âmbitos da esfera social.

A abolição da escravatura não se deu de forma amigável como, comumente, está apresentada nos livros didáticos. Houve, para além dos movimentos de resistências presentes nos Estados, forte pressão mundial que resultaria em perdas econômicas consideráveis caso o Brasil se mantivesse em um molde escravagista. Conforme relata Carvalho (2012, p. 25), “só em 1850, sob forte pressão do governo britânico, sobretudo de Royal Navy, é que o governo brasileiro tomou a firme decisão de extinguir o tráfico”. É de suma importância compreender que a escravização de pessoas negras foi um sistema político, juridicamente legalizado e financeiramente rentável. Isso quer dizer que pessoas e famílias específicas enriqueceram às custas deste sistema que possui como elemento estruturador das relações sociais o racismo.

Desde o momento em que se organizava uma nova forma econômica no país, não se propunha reparação para aqueles que foram prejudicados e tiveram suas condições de humanidade ultrajadas. Não se transformou a maneira de enxergar os escravizados enquanto humanos e, portanto, sujeitos de direitos. Ao contrário, as pactuações racistas continuaram a operacionalizar novas formas legais/institucionais de oprimir e controlar a população negra recém liberta. Exemplos disso são as investidas jurídicas pouco tempo após a abolição, legitimando a ideologia dominante com a implementação de crimes de caráter ideológico metamorfoseados em crimes de caráter político, garantindo sob o Código Penal a punição para os transgressores dos valores hegemônicos.

O Código Penal de 1890 abrigou esse mecanismo peculiar de perseguição às camadas populares representadas sobretudo na figura do liberto. E criminalizou desse modo o vadio e capoeira no mesmo tipo penal, não restando dúvida sobre o alvo a quem se

dirigia o projeto punitivo da República, sob as vestes da correção moral pelo trabalho. (TEIXEIRA; SALLA; MARINHO, 2016, p. 386).

Desde essa época é possível acompanhar como o país se constitui e como lida com questões de direitos sociais e políticas públicas, na base de pressões tanto popular quanto dos países com os quais possui ligações financeiras. O racismo se constitui, portanto, como fator chave para embasar determinadas práticas sociais. É através deste instrumento de dominação coletiva que se cala e perpetua institucionalmente a manutenção do *status quo*, garantindo, portanto, que para uma classe dominante haja a dominada, estando a segunda sob fortes condições de controle, opressão e violência. Da mesma forma, para a existência de uma camada social que se encontra à margem das condições sociais vigentes, dialeticamente, é preciso que haja uma outra, considerada inclusa, ou perversamente incluída. Sobre isso trata Sawaia (2001):

A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através das insuficiências e das privações, que se desdobram para fora do econômico. (SAWAIA, 2001, p. 8).

O racismo institucional, diferente do racismo direto, pessoal e mais primitivo, ultrapassa o âmbito individual, e perpassa por um plano mais coletivo, ocorrendo em instituições públicas e privadas e, basicamente, sendo expressado a partir do momento em que as instituições se constituem sob aparatos da ideologia de hierarquia. Condicionando, assim, o tratamento para determinados grupos, especificamente selecionados, de forma inferiorizada.

O que se pode verificar até então é que a concepção institucional do racismo trata o poder como elemento central da relação racial. Com efeito o racismo é dominação. É, sem dúvida, um salto qualitativo quando se compara com a limitada análise de ordem comportamental presente na concepção individualista à forma de racismo que se estabelece nas estruturas de organização da sociedade, nas instituições, traduzindo os interesses, ações e mecanismos de exclusão perpetrados pelos grupos racialmente dominantes. (ALMEIDA, Silvio, 2018, p. 31).

Podemos entender o racismo institucional basicamente como um mecanismo que tira as discussões raciais das relações pessoais, mantendo e naturalizando as desigualdades existentes entre brancos e não brancos. Partindo desse contexto, captamos a violência provocada pelo racismo institucional quando notamos a ausência de pessoas negras ocupando cargos de prestígio, ou o seu baixo percentual em espaços acadêmicos (sobretudo no âmbito da pós-graduação – mestrado e doutorado). Isso também pode ser manifestado através da precarização

da saúde, educação e segurança pública – utilizadas em sua maioria, sobretudo em Salvador, pelas pessoas negras e periféricas –, do genocídio do povo negro, da dificuldade de autonomia financeira destes sujeitos, do desrespeito à condição do ser negro enquanto indivíduo pleno, além dos preconceitos e estigmas voltados às suas imagens.

Assim, a principal tese de quem afirma a existência do racismo institucional é que os conflitos raciais também são parte das instituições. Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupo ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. (ALMEIDA, Silvio, 2018, p. 30).

Sobretudo, o racismo institucional compõe as estruturas da nossa sociedade, sendo assim, podemos dizer que a segurança pública, o sistema educacional, o sistema de saúde público e privado, desenvolvem atitudes e ações as quais não são pensadas ou destinadas para uma grande parte da população, e essa grande parte se encontra na base da estrutura social, a qual passa por processos de exclusão que são intensificados ou amenizados de acordo com o gênero, raça e classe social. Segundo Almeida (2018):

No caso do Brasil, um país de maioria negra, a ausência de representantes da população negra em instituições importantes já é motivo de descrédito para tais instituições, vistas como infensas à renovação, retrógradas, incompetentes e até antidemocráticas - o que não deixa de ser verdade. (ALMEIDA, Silvio, 2018, p. 85)

Ainda de acordo com Almeida (2018), no Brasil pouco se tem a presença do povo negro em espaços de prestígios, e isso é um fator preocupante que deve ser discutido. Diante dessa ausência de representatividade negra nesses espaços, percebemos a afirmação de que não existem pessoas negras capacitadas para exercer tais funções, mas sabemos que por trás desta afirmação existe um processo cruel exercido pelo racismo institucional que invisibiliza o povo negro e constrói barreiras que limitam a sua presença em determinados espaços. Para compreender como o racismo institucional opera é preciso questionar as relações de poder, caminho fundamental para a reconstrução contínua de uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim, detém o poder os grupos que exercem o domínio sobre a organização política e econômica da sociedade. Entretanto, a manutenção deste poder adquirido depende da capacidade do grupo dominante de institucionalizar seus interesses, impondo a toda sociedade regras, padrões de condutas e modos de racionalidade que tornem “normal” e “natural” o seu domínio. (ALMEIDA, Silvio, 2018, p. 31).

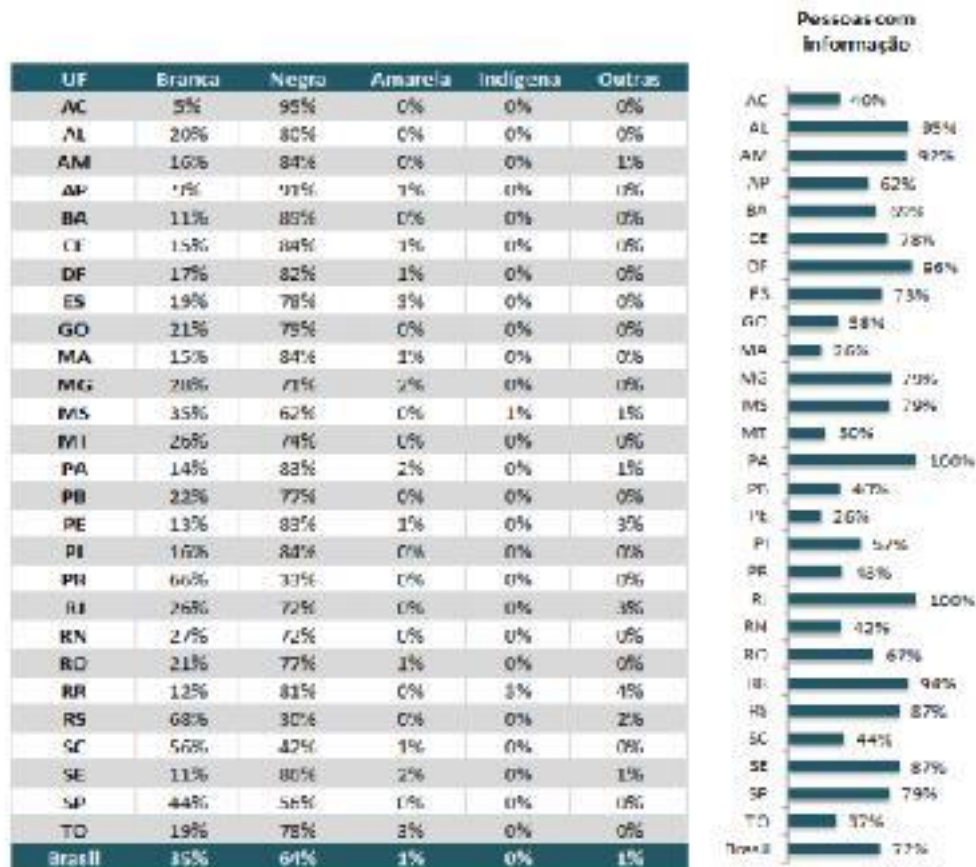
De acordo com um estudo de levantamento de dados de informações penitenciárias realizado pela INFOPEN em junho de 2016, haviam 726.712 pessoas em realidade de confinamento no Brasil, e 64% dessa população privada de liberdade é de pessoas negras. Ou seja, o número de negros e negras encarcerados correspondem ao avolumamento arrebatador do total de prisões.

**Figura 1 - Raça, cor ou etnia das pessoas privadas de liberdade e da população total (brasileira)**



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016; PNAD, 2015.

**Figura 2 - Raça, cor ou etnia das pessoas privadas de liberdade por UF**



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016.

Tendo como referência de análise o Estado da Bahia, de acordo ao Levantamento Nacional de Informações Penitenciária - Infopen, realizado em junho de 2016, 89% das pessoas que cumprem medida penal no sistema carcerário são negras. A partir disso podemos perceber como os presídios se configuram no Brasil, sendo o espelho da desigualdade estabelecida pelo racismo institucional, construído em cima de um molde seletivo dito democrático mas que segue ativamente com um projeto de higienização que priva e extermina a vida do povo negro que arduamente construiu esse país. Neste sentido a representação do sistema carcerário brasileiro é o reflexo colonial das senzalas, expresso pela superlotação composta por afrodescendentes.

Dados estatísticos da Organização das Nações Unidas - ONU (2015) revelam que no Brasil apenas 12,8% dos estudantes de ensino superior são pessoas negras. Seguindo com os dados da ONU, um estudo dos últimos dez anos revela que os números de assassinatos caíram em 8% entre as mulheres brancas, enquanto entre as mulheres negras a porcentagem aumentou em 15,4%.

Diante disso percebemos a negação do direito democrático de viver em segurança para a população negra brasileira, pois nas ações cotidianas quem “veste a farda”<sup>2</sup> e se mantém responsável em proteger a sociedade, exerce uma patente discriminação institucional contra a população mais pobre, violando, assim, os direitos humanos.

A partir desta relação entre democracia e direitos humanos, entendemos que o modo como a polícia trata o cidadão é para este um forte definidor da forma como o Estado o respeita ou o desrespeita, uma vez que a força policial é uma instituição estatal de grande visibilidade. A polícia, como agente do Estado, reflete, em suas ações, e até certo ponto, as diretrizes governamentais, ainda que tenha relativa margem de autonomia para estruturar e realizar tarefas de policiamento. A polícia é, portanto, uma instituição chave para se avaliar a efetividade dos valores democráticos de um país, de seu governo e da sociedade. (SANTOS, 2012 p. 80).

Entendemos que a realidade que vivenciamos hoje no Brasil está muito longe de ser considerada democrática. Conforme dito aqui, os serviços públicos ou particulares exercem distinções de tratamentos, desrespeitando direitos individuais e também coletivos de acordo com a classe, a orientação sexual, e, principalmente, a raça.

---

<sup>2</sup> Utilizamos o termo “veste a farda” em alusão aos agentes policiais.

## 4.2 A CRIMINALIZAÇÃO E A VIOLÊNCIA SELETIVA COMO FUNDAMENTOS DO GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA

*Não engula a chacina do Cabula  
Foram 12 de uma vez  
e mais de 12 morrem todo mês.  
(Pollyana Menezes, 2015.)*

Comumente na literatura temos disposta a concepção de adolescência enquanto a etapa do desenvolvimento categorizada e socialmente reproduzida como a fase da falta de maturidade emocional, dos conflitos, das crises existenciais (KEHL, 2008). Desta forma, existem algumas representações sociais que circundam o imaginário social a respeito da juventude, igualmente ao retratar a negritude, como já explicitado. As inferências sobre as realidades não surgem do acaso, mas sim da relação entre o sujeito com o mundo, que a partir daí desenvolve uma nova rede de significações (JOVCHELOVITCH, 1995). Estas perpassam por influências diretas ou indiretas de categorias sociais como: as famílias, os costumes culturais, a educação, os padrões econômicos, religiosos e políticos (OLIVEIRA, 2012).

Compreender a adolescência como um período conturbado cumpre um caráter ideológico, pensando que a rebeldia juvenil tem o papel social de evidenciar de forma contra hegemônica a realidade posta. Então descaracterizar tal movimento inviabiliza, de certo modo, que as manifestações jovens sejam escutadas, acolhidas e validadas (AGUIAR; OZELLA, 2008). A descaracterização da negritude enquanto movimento, assim como alguns problemas da juventude negra, se encontra ao longo da historicidade do Brasil e a desqualificação das manifestações afro-brasileiras, para além da modernidade. Trazer, num movimento de fora para dentro, destas e de outras temáticas é, parafraseando Pequeno (2013),

[...] academicamente, estudar a preciosidade cultural, histórica e política deste movimento cultural de resistência, junto com a participação expressiva da juventude negra, propicia um aprimoramento nas questões étnico-raciais, experiências juvenis, dentre outras. (PEQUENO, 2013)

A juventude precisa ser compreendida aqui como condição não só de maturação, mas, ao mesmo tempo, no âmbito da relação sócio histórica que aquele sujeito, situado naquela faixa etária e suas demais categorias, se encontra. Para isso, portanto, concordamos com Groppo (2000) ao afirmar que:

A juventude como categoria social não apenas passou por várias metamorfoses na história da modernidade. Também é uma representação e uma situação social



simbolizada e vivida com muita diversidade na realidade cotidiana, devido à combinação com outras situações sociais – como a de classe ou estrato social –, e devido também às diferenças culturais, nacionais e de localidade, bem como as às distinções de etnia e de gênero (GROPPO, 2000, p.15)

Para reiterar a discussão é preciso destacar outra categoria: a juventude negra. Ao especificar juventude negra como uma categoria analítica desacoplada da juventude, busca-se visibilizar as especificidades atreladas a essas vivências por conta das condições de *raça/etnia*, *classe* e *gênero*, pois o fato de possuir um recorte geracional e étnico carrega consigo particularidades sócio históricas, artísticas e políticas das realidades desses sujeitos, além de que contrapõe o padrão ideal burguês de juventude. Portanto é de fundamental relevância se aproximar destas realidades não tão distantes, com um olhar mais sensível e menos hegemônico. Se reconhecendo enquanto identidade, esses grupos historicamente se articulam e protagonizam diversas contribuições alternativas na luta antirracista, visando uma sociedade mais equânime étnico-racialmente. Pequeno (2013) retifica-nos ao dizer que:

As formas de participação da juventude negra apresentam uma contribuição ímpar à luta do povo negro, na qual buscam aperfeiçoar sua capacidade de desenvolver um protagonismo, aqui ressaltado, dentro de movimentos artísticos culturais e fortalecendo sua capacidade de se reinventar e de sonhar, onde o maracatu contribui consideravelmente, aparecendo como elemento fundamental neste processo de vivência de situações juvenis voltadas para a valorização do ser negro. (PEQUENO, 2013, p.305)

A categoria social da juventude não se afasta nem um pouco da econômica, sendo esta, portanto, também caracterizada pela dificuldade de entrada no mercado de trabalho, especialmente formal. É indispensável pensarmos sociedade, economia, trabalho, exploração e violência enquanto fatores que perpassam e impactam a vida dos sujeitos de maneira significativa e singular.

O discurso da democracia racial no Brasil é imperativo nas relações, dificultando a identificação do racismo a níveis sutis e o seu reconhecimento enquanto uma problemática social, portanto de todos e todas e não somente da categoria que sofre. Dificulta deste modo que o combate seja feito com afinco, buscando desnaturalizar alguns discursos e práticas, pensando em construir uma sociedade mais equânime. Então é importante reconhecer e compreender que a construção da sociedade brasileira acontece através de acordos e pactuações simbólicas racistas para que possamos assim analisar certos indicadores sociais que revelam as condições de vida da população, em especial da juventude negra no nosso país. Sobre isso trata Flauzina (2006):

A teoria da harmonia entre as raças, que começa a se consolidar a partir da década de 1920, parece ter cumprido funções distintas ao incidir sobre os diversos campos da vida social e da prática institucional no país. Em primeiro lugar, a partir de seu papel mais flagrante, enxerga-se a tentativa intransigente de negar a existência de racismo no Brasil. (FLAUZINA, 2006, p. 46).

Desde o período escravagista as penalidades/condenações dadas aos negros sempre foram mais opressivas, visivelmente ligadas às péssimas condições históricas que a população negra se encontrava naquele período, tendo o seu direito a humanidade negado. Devido a isso, mesmo com as contínuas transformações políticas e sociais mais progressistas e democráticas não indenizaram o reflexo da desigualdade causada por questões raciais na área da justiça criminal, conseqüentemente no tratamento policial direcionado a grupos marginalizados socialmente.

Diante de tais constatações, é preciso, antes de mais nada, problematizar a forma como, no Brasil, tem-se construído a relação entre racismo e sistema penal, na aparente contramão de um discurso que prega a inexistência da discriminação como fonte das desigualdades instauradas entre negros e brancos no país. Assim, num primeiro momento, o que buscaremos pontuar é o que tem efetivamente significado, no marco da democracia racial, denominar de forma explícita a atuação do sistema penal como racista. Ou seja, o que interessa é perceber como se pôde administrar simbolicamente uma ferida aberta das proporções do sistema penal, mantendo inalteradas as percepções sobre nossas relações raciais. (FLAUZINA, 2006, p. 46).

Esse modal seletivo que traz no seu escopo a efetivação de um projeto higienista, que violenta, encarcera, e executa vidas negras, os quais contribuíram arduamente para erguer os pilares econômicos e até socioculturais do país, cumprem caráter ideológico de punição, mantendo as desigualdades sociais brasileiras de acordo com a lógica de hierarquização racial.

A concepção de segurança pública se mantém ligada a um modelo punitivista e retrógrado que age diretamente contra a vida da população negra e jovem do país. Segundo Vilma Reis (2005):

[...] quando um jovem-homem-negro é assassinado, quase sempre a sua morte é atribuída ao envolvimento com o tráfico ou consumo de drogas, o que comunica uma regra seguinte, qual seja, esta morte não precisa ser investigada. E, no imaginário coletivo, o mesmo assassinato se resolve com o sentido de que morreu “porque devia” ou “bandido tem mesmo é que morrer”, como pude ouvir de mães de jovens assassinados pela polícia ou por grupo tolerados, durante a pesquisa sobre a Operação Beiru 58. Trata-se da representação sobre esses próprios jovens, no imaginário da população. Isto é o que Kolker (2005) denomina de exclusão moral. (REIS, 2005, p. 69).

A ausência de políticas públicas que de forma verdadeira visem a melhoria da condição do ser negro no Brasil é assustadora. Isso evidencia a existência de uma falha imensa projetada

pelo Estado, supostamente democrático, criando uma barreira constrangedora para a inserção econômica e social da população negra brasileira.

De acordo com Santos (2012),

Nos regimes democráticos é obrigação do Estado garantir a segurança pública com o devido respeito aos direitos humanos e o pleno exercício da cidadania. Trata-se de uma atividade estatal cujo objetivo é assegurar a paz social a todos os seres humanos e garantir os direitos individuais e coletivos, em particular a segurança dos cidadãos. Sua execução é feita com o apoio da polícia que deve garantir o direito à vida e a incolumidade física de todos. (SANTOS, 2012, p. 77).

Para melhorar a compreensão de como o racismo institucional é operacionalizado na segurança pública é relevante visibilizar o caso da “Chacina do Cabula”, ocorrida em Salvador/BA, exemplificando como acontecem as investidas policiais em espaços periféricos da cidade. Em contrapartida, como a mídia igualmente possui caráter institucional, apresenta o caso, violentando a memória daqueles sujeitos e reforçando perspectivas hegemonicamente higienistas e racistas.

Em primeiro lugar, a relevância de se pautar o caso da “Chacina do Cabula” é para que esta não caia no esquecimento, visto que a Academia possui o compromisso ético, político e crítico com o social. Em segundo, o caso teve diversas repercussões no território soteropolitano, inclusive manifestações populares de indignação, devido à postura da Polícia Militar diante do caso, assim como pela cobertura midiática feita pelos jornais impressos e televisivos de maior circulação da cidade. Em terceiro lugar, mas igualmente relevante para a discussão, o caso se tornou um exemplo nítido da truculência exercida pelo poder Estatal, contribuindo com o genocídio da juventude negra, acobertada pelo discurso de “guerra às drogas”.

A “Chacina do Cabula”, como ficou popularmente conhecida após policiais das Rondas Especiais (RONDESP) da Polícia Militar da Bahia executarem sumariamente 12 jovens, moradores da Vila Moises, no dia 06 de fevereiro de 2015, repercutiu como se tivesse sido um confronto entre policiais e jovens com envolvimento com tráfico de drogas. Esta, além de tantas outras que não ganharam apelo midiático, indica a comprovação da ineficácia do modelo político brasileiro de guerra às drogas importado dos Estados Unidos, que encara o consumo e a comercialização de substâncias psicoativas enquanto uma questão de segurança pública e não enquanto uma questão de saúde, por exemplo. (SANTOS, T.; MARTINS, H. 2018).

O Governo do Estado da Bahia, embora seja representado por um partido de esquerda e, por isso, tenha contribuições mais progressistas para o desenvolvimento social, se posiciona aquém do esperado no que tange à intervenção política no enfrentamento do genocídio da

juventude negra da cidade de Salvador. A defesa dos policiais envolvidos na Chacina do Cabula é baseada nos Autos de Resistência.

Do ponto de vista legal, desde a sua criação, na ditadura militar, Autos de Resistência não são considerados crimes, são Autos de Resistência e que, portanto, não podem ser computados como crimes. Contudo, já existe no Brasil uma discussão, devido à alta taxa de letalidade da ação policial, de alteração da denominação “autos de resistência” (ou “resistência seguida de morte”) nos registros das ocorrências, para algo como “lesão corporal (ou morte) decorrente de intervenção policial”. O debate não está encerrado. No entanto, desde a sua criação até o momento o PPV-BA não alterou a sua concepção sobre os Autos de Resistência, e foi sob a proteção deste instituto legal que os policiais que cometeram a Chacina do Cabula se defenderam no processo contra eles movido pelo Ministério Público (SANTOS, T.; MARTINS, H. 2018, p.12).

É possível perceber como o Estado brasileiro praticou uma espécie de escamoteamento de uma realidade concreta, omitindo ações as quais diariamente o corpo negro passava, fruto de ações de criminalização do Estado operado pelo braço armado da polícia. Segundo Ana Flauzina (2006),

[...] a forma de criminalização das condutas é peça fundamental. Chamamos criminalização primária ao ato levado a cabo pelo Legislativo e pelo Executivo, que instituem em determinada conduta como penalmente punível. Assim a criminalidade típica dos agrupamentos mais vulneráveis é gravemente apenada, a despeito de produzir efeitos, em termos de coletividade, menores do que muitos dos crimes típicos das elites. A resposta às práticas criminais não está vinculada, portanto a danosidade do ato mas a qualidade dos indivíduos que cometem os delitos (FLAUZINA, 2006, p. 25).

Seguindo este caminho é perceptível a criminalização marcada pelo Estado contra a existência da população negra, se referindo e fortalecendo a uma suspeita policial que, segundo Vilma Reis (2005), se baseia em:

Primeiro, um racismo institucional que, por consequência, permite uma atuação policial de suspeição baseada no filtro racial, segundo elemento, sendo que este não tem importância na agenda política do poder executivo, pelo fato dessa atuação recorrer a um terceiro elemento da cultura policial conservadora, que é a “cegueira racial”, representada em uma forma de atuação que se esconde atrás do discurso “técnico” de que a maior ocorrência de abusos, brutalidade policial e outras manifestações que se configuram em violações de direitos são verificadas, com maior frequência, contra a população negra, tenta-se explicar a violência direcionada à população negra pelo fato de esse segmento constituir a maioria da cidade, e não por uma orientação deliberada de criminalizá-la (REIS, 2005, p. 15).

A juventude negra moradora de bairros periféricos na cidade de Salvador tem sido alvo estereotipado e criminalizado, pois vivencia um sistema estruturalmente racista e cheio de

problemas a enfrentar, se encontrando em um contexto social cercado pela subalternização de sua condição e pelas atrocidades institucionais e sociais legitimadas.

Conforme uma pesquisa realizada pelo IBGE (2017), Salvador é a cidade mais negra do Brasil, ou seja, 82,1% da população se autodeclara enquanto preta ou parda. São estas as principais vítimas da violência seletiva estruturante. Os membros da juventude negra ganham destaque enquanto alvos no processo de criminalização, devido às péssimas condições de vida às quais o Estado brasileiro os condicionou e condiciona desde a época escravocrata, tal como a pouca ou nenhuma possibilidade de emprego, que se configura como uma das realidades que coloca jovens pobres e negros numa condição de marginalização social.

A população jovem em especial é estigmatizada de forma negativa por morarem em uma localidade marcada por um quadro de desigualdade, pobreza e violência. Ser jovem e morador de periferia traz um desafio maior, o de romper cotidianamente uma lógica cruel de discriminação, inverter essa lógica num sentido próprio de viver, ir para além das barreiras impostas e identificar nos problemas do bairro estratégias de enfrentamento, buscando pensar os problemas coletivamente e trazer as possíveis soluções. Buscar na história do bairro e nas suas memórias coletivas elementos para a construção de uma identidade que fortaleça o sentimento de pertencimento ao lugar que reside e habita. O resgate das narrativas de experiências partindo da riqueza cultural do bairro (GERALDO, 2015, p. 06).

<b>Distribuição percentual da população (%) - 2017</b>				
Abertura Territorial	Pardos	Pretos	Pretos + Pardos	Brancos
<b>Salvador</b>	<b>45,6</b>	<b>36,5</b>	<b>82,1</b>	<b>17,1</b>
Teresina	68,4	11,4	79,8	19,9
São Luís	65,1	13,3	78,4	20,4
Macapá	68,4	9,6	78,0	21,7
Manaus	75,2	2,5	77,7	21,6
Belém	67,4	10,0	77,4	21,9
Rio Branco	69,2	7,8	77,0	22,4
Porto Velho	69,1	6,5	75,6	23,6
Maceió	70,4	5,0	75,4	23,6
Aracaju	68,0	7,1	75,1	23,0
Boa Vista	64,8	8,4	73,2	22,5
Palmas	63,6	8,8	72,4	26,7
Cuiabá	59,8	12,0	71,8	25,8
Fortaleza	60,8	5,3	66,1	33,2
Natal	57,5	5,9	63,4	36,6
Brasília	51,7	10,0	61,7	36,7
João Pessoa	53,2	8,2	61,4	38,1
Recife	50,3	10,7	61,0	37,7
Belo Horizonte	44,1	11,9	56,0	43,5
Goiânia	47,6	6,1	53,7	45,5
Campo Grande	46,7	6,3	53,0	45,4
Vitória	39,7	12,9	52,6	46,5
Rio de Janeiro	38,5	11,7	50,2	49,2
São Paulo	29,9	8,6	38,5	58,8
Porto Alegre	10,4	11,4	21,8	77,5
Curitiba	17,5	3,5	21,0	77,0
Florianópolis	9,6	7,9	17,5	81,8

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua anual

Diante de toda desigualdade e criminalização posta para pessoas negras e moradoras de periferia, percebemos que alguns jovens criam discursos políticos, ou seja, constroem suas narrativas, e se organizam em busca da melhoria e otimização do espaço em que se encontram, e também da contestação do que lhes é posto. Numa sociedade que historicamente deslegitima sujeitos, práticas e discursos em detrimento de outros, é de fundamental importância que se visibilizem vozes distanciadas dos espaços de prestígios ou de influência para as decisões sociais. Uma das estratégias de questionar o tratamento direcionado para esses corpos é o uso da oralidade, do que aqui chamo de “poesia marginal” como uma ferramenta que busca o fortalecimento da comunidade, se organizando em eventos culturais e entendendo como funcionam os direitos humanos, usando a poesia para construir uma narrativa de luta e autonomia.

#### 4.3 A POESIA MARGINAL

*Sigo!  
E não posso parar  
Desde cedo  
Voinha fala:  
A palavra tem poder, meu  
filho!  
Então saiba bem como usá-la  
Sempre fui aquele pretinho que fala tudo na lata.  
(Cleison Cavalcante, 2019)*

O termo “Poesia Marginal” começou a se desenvolver entre o final dos anos 60 para o começo dos anos 70, no Brasil, período em que o país esteve sob o processo de fechamento político, qual teve efeitos extremamente negativos sobre a dinâmica cultural brasileira. (PEREIRA, 1981). Ainda que haja diversas discussões acerca do conceito de poesia marginal, o que se apresenta mais relevante para esta pesquisa é concebê-lo enquanto uma literatura produzida por grupos menos privilegiados.

A associação do termo marginal à literatura produziu diferentes empregos e significados, dando origem a uma rubrica ampla e de entendimento quase sempre problemático. Isso porque a expressão “literatura marginal” serviu para classificar as obras literárias produzidas e veiculadas à margem do corredor editorial; que não pertencem ou que se opõem aos cânones estabelecidos; que são de autoria de escritores originários de grupos sociais marginalizados; ou ainda, que tematizam o que é peculiar aos sujeitos e espaços tidos como “marginais”. (NASCIMENTO, 2006, p. 01)

Podemos compreender a poesia marginal como a voz do oprimido, a voz que passou por processos de silenciamento e invisibilidade e que, através da escrita e da oralidade, manifesta suas dores, angústias, medos, e, sobretudo, suas histórias. A poesia marginal tem se tornado um manifesto artístico cada dia mais presente que surge como um dispositivo que narra a vivência cotidiana de um coletivo. Importante ressaltar que a poesia marginal aqui investigada tem um recorte de raça, classe e gênero, que foge das bases do modelo convencional.

A palavra “Manifesto” aqui, não sei se pelo respeito, ou se pelo diálogo possível com os assuntos de mesmo gênero, tão transformadores deste e de outros séculos, representa, antes de mais nada, uma defesa. A defesa de um patrimônio. E depois, e não menos importante, a defesa do direito à voz. A voz como um conjunto de valores, que se estreitam no poder da fala. A voz como agente transformador da sociedade contemporânea; como único meio capaz de dialogar com qualquer discurso hegemônico. [...] É assim mesmo, de modo dúbio, imbricado, conturbado, entrelaçado, transculturado é que se estabelecem as relações desse coletivo periférico; dessa voz coletiva. (COELHO, 2008, sem paginação).

Compreendendo o direito à voz como necessidade, podemos perceber a escrita e a oralidade como ferramentas potentes para questionar/romper os silêncios das opressões estruturais que carregamos socialmente. Silêncios estes, de caráter institucional, construídos por conta da imposição de uma voz hegemônica que impede que outras vozes possam falar por si.

A poesia marginal a qual faço aqui referência tem como finalidade se posicionar contra a violência destinada sobre esse “corpo poeta” – corpo negro, jovem, soteropolitano e periférico –, retratando a realidade e também a condição marginalizada na qual está inserido, trazendo à tona uma subjetividade coletiva.

Tanto o marginal como o periférico são conceitos intrinsecamente ligados a modelos de representação, que põem em causa não apenas modos de significar o mundo, como também de produzir identidades. Essa consideração é fundamental para pensarmos sobre a produção literária contemporânea originada nos morros e favelas das grandes cidades brasileiras, o modo como ela se inscreve no contexto sociocultural em que se situa, as experiências que ela traduz e as identidades que engendra (OLIVEIRA, 2011, p 33).

Assim, a poesia marginal aqui referida surge como um dispositivo que narra à vivência cotidiana, a vivência das ruas, como uma poesia autobiográfica que carrega uma linguagem simples, com gírias e palavrões. Esta poesia marginal não pretende se adequar as bases do modelo poético convencional, ou a um molde mais “formal”, “sério”, acadêmico. Em suma, esta poesia marginal se configura como uma ferramenta estratégica de organização e de luta destes sujeitos negros e negras moradores de periferias que cotidianamente usam a escrita poética

marginal como ferramenta de luta, organização e embate contra violência cometida institucionalmente.

#### 4.4 A RUA TEM VOZ: POESIAS MARGINAIS SOTEROPOLITANAS

Na realização da pesquisa aqui projetada será feita uma análise da produção poética de jovens negros e negras soteropolitanos. Neste sentido, considera-se relevante conhecer o histórico desses poetas, e trazer algumas dessas produções para que possam ser analisadas, no intuito de compreender os principais temas e questões que estão presente nesta escrita poética marginal. Aqui elencamos alguns destes “corpos poetas” e suas “poesias marginais”.

Uma das poetisas que estará contribuindo para a realização da pesquisa é Sophia Oliveira Araújo Pereira, 22 anos, mãe de Dandara, que atualmente mora na Barroquinha, Centro histórico de Salvador. Ela acredita que a sua poesia expressa a revolta do povo brasileiro, a tristeza das mulheres negras, mães e periféricas que diariamente sentem na pele a dor de perder um jovem negro pela violência policial. Sophia afirma que a poesia que ela escreve e recita é um grito de socorro de uma geração que vem sendo exterminada por ser negra e pobre. Um exemplo da sua produção poética chama-se “80 disparos”.

80 DISPAROS  
 E quem tá nos prédios  
 Vai gritar que era sim culpado  
 O Estado executando por diversão nossos aliados  
 em estado de choque meu coração  
 não suporta mais os maus tratos.  
 DESGRAÇA!!!  
 As palavras já estão cansadas de serem repetidas  
 em cada rima que escrevo com lágrimas  
 A palavra tem poder meu pai,  
 Será que o senhor não escuta cada poesia implorando pela vida dos nossos iguais?  
 Situações atuais que já foram vividas pelos meus ancestrais  
 80 tiros e se fosse nos brancos seríamos radicais demais?  
 É que vocês não suportam o poder da pele preta  
 Tem que ser pique panteras negras  
 Queria mesmo sangue de branco servindo de tinta para asfalto,  
 mas se eu falo isso,  
 vocês argumenta que faz muito mal  
 esse meu ódio guardado  
 80 tiros não é engano,  
 engano é chamar cara pálida de mano  
 Até quando meu discurso vai se repetir?  
 Até quando não vou escrever frases que nos façam sorrir  
 Impedem nosso direito de existir,  
 continuamos a resistir  
 É que preto tem fama de gaiato, gosta de se exhibir  
 Se for assim vão ter que nos engolir  
 levantando bandeira de fogo nos racistas sim



Quando falei das armas para cortar a cabeças de vocês  
 eu não tava brincando,  
 enquanto eu viver minha arma vai ser a palavra  
 e eu continuarei lutando,  
 se eu portar um cano,  
 faz parte dos meus planos  
 impedir seus planos.  
 (Sophia Araújo, 2019)

Outra representante desta geração de poetas é Dandara Cruz, 23 anos, que atualmente mora em Simões Filho. Formada em psicologia, atua como educadora na rede de ensino privada. Para ela o microfone é um instrumento de poder, e a poesia é uma ferramenta poderosíssima no processo de descolonização da mente, Dandara (2019) diz que:

[..] quando a mulher preta utiliza desse recurso a problemática expressa na poesia além de inclusiva, ela adquire um caráter inovador. É como se as “Anastácias” amordaçadas ou mulheres contemporâneas silenciadas tivessem legitimidade na voz que por sua vez , é protagonizada por um corpo negro. Sem sequer esquecer dos marcadores sociais que estigmatiza essa fala. (DANDARA, 2019).

A poesia expressa por Dandara segue sendo como um repúdio às opressões sofridas pela população negra, além de se manter importante para a conscientização de quem a escuta. Dandara afirma que as suas narrativas poéticas têm uma relação terapêutica.

Eu gosto de falar do que vejo, do que eu sinto. A motivação é totalmente intrínseca, mas se relaciona diretamente com a necessidade de falar sobre o que foi/é naturalizado, e que não é normal. A poesia para mim é um mecanismo de desabafo, mas é também, sobretudo um artifício para denúncia. (DANDARA, 2019).

Os olhos que condenam  
 estão por toda parte  
 Atingem vidas negras  
 Na Lagoa do Abaeté  
 ou no Central Park  
 A polícia é truculenta  
 Qualquer preto fica aflito  
 Até hoje me pergunto, onde está o Amarildo?  
 Não dá pra esquecer da cena trágica  
 De ter visto o corpo da Cláudia sendo arrastada  
 Porcos de fardas, ceifeiros de alma  
 Acertam até crianças !  
 Com bala de borracha  
 Aqui na Bahia sossego foi pra lona  
 Racistas, intolerantes puseram fogo no Kingoma  
 Um modal de segurança pública  
 Que segue na contramão da ajuda  
 que não protege, viola direitos  
 E estupram até mulheres  
 No carros da viatura  
 Eu não me sinto segura  
 Mas quando avisto os porcos

A milhas quilométrica  
 É bicão na diagonal e coluna ereta Mas sempre esperta !  
 Pra minha coroa não passar agonia  
 Porque quem fica de bobeira, eles pegam na covardia  
 Eu falo mesmo, mas tem gente que não gosta  
 Se não for COVARDIA, é o quê ?  
 Tomar tiro pelas costa ? !!!  
 Confundem pipoca, com saco de drogas  
 Também é alvo, quem usa o fardamento da escola  
 Mãe preta chora, morre até de Depressão  
 Esperando por justiça e sentença de prisão  
 Mas quem tirou a vida de seu filho teve absolvição  
 A justiça não é cega, é seletiva e racista !  
 Quando eu falo disso me chama de extremista  
 Mas é dedo na ferida!  
 Por que a Queima de racista  
 Não foi a manchete do dia  
 Preta não diga isso...  
 Não se paga o mal com o mal  
 Porra nenhuma !  
 Meu sonho é ler o jornal  
 Ver a notícia principal:  
 Revoltados explodem o Planalto Central  
 Reforma das leis contra o Racismo institucional  
 Por que o sistema prisional é a perfeita releitura  
 Da Senzala colonial, com resquícios da ditadura  
 Eu só quero viver ou perceber que tudo isso não passava de loucura...  
 Mas não é !  
 Atura ou surta...  
 E é por isso que o amor é minha cura  
 Contra as amarguras desta vida dura.  
**(Poesia de Dandara Cruz, 2019)**

Pollyanna Menezes é moradora do bairro do Cabula, e também estará colaborando para que a pesquisa seja feita. Uma das poesias de Pollyana se chama “Não engula”.

É que SalCity Não tá de brincadeira  
 Os meninos descem voado as ladeiras  
 Pegam drogas na engomadeira  
 Entrega para os playsba  
 Que se perdem nos becos  
 E se derem bobeira perdem os pertences  
 Tem oferta enquanto tem demanda  
 A maconha é só uma planta  
 E porque não legalizar?  
 Quantos vão morrer e quantos vão matar?  
 Não importa de que lados vocês ficam  
 Se metiam ou não metiam a fita  
 Na hipocrisia, a guerra às drogas mata preto e pobre todo dia  
 Dinheiro vale mesmo a pena enquanto custa á sua vida?  
 Crimes é bote  
 As mulé se envolve  
 Carregando no peito  
 O peso das baixas e dos cortes  
 E é sorte, quando só beira a morte  
 Preto é sinônimo de presa  
 Tiro na favela não é surpresa

PM invade e ao vê todo mundo é suspeito  
 Isso dói o peito  
 Isso machuca o peito  
 A realidade é dura  
 E até quem não se envolve se escama quando vê a viatura  
 Porque entende de que nada ajuda  
 Mais um preto fardado, capitão do mato  
 Matando seus irmãos  
 Alienado  
 Preto todo dia encurralado, assassinado, voltando para casa com flagrante forjado  
 Você entendeu? Então entenda o que eu digo!  
 Se você não se importa com isso  
 Você também é o inimigo  
 É o meu inimigo!  
**(Poesia de Pollyanna Menezes)**

Outra colaboradora da pesquisa é a moradora do bairro periférico Cajazeiras 11, conhecida artisticamente como Môa. Môa carrega em suas narrativas realidades e vivências pessoais, expressas como forma de protesto, como um grito por todos que foram silenciados dentro da favela. Ela iniciou sua carreira em 2015, aos 14 anos, no grupo Difere, se apresentando em eventos dentro da sua comunidade. No mesmo ano foi aluna da Oficina de Rima Improvisada (Rima mina), onde foi recebida de braços abertos por Mira Potira, uma MC linha de frente do projeto. Após um hiato, retomou a trajetória no Coletivo Vira lata (2017) – um coletivo de poesias só de mulheres –, com produções de projetos que impulsionaram a representatividade de mulheres na cena do Rap Nacional, como a Batalha das Bruxas que ainda hoje (em 2019) permanece sendo promovida pelo Coletivo Arminina. Abaixo mostramos duas das produções poéticas de Môa: “Testemunho” e “História de um menino”.

Café meio amargo,  
 Gosto do cigarro  
 Trago, esperanças de um poço onde afundaram risos de crianças  
 Segredos de infância,  
 Rostos tão carentes,  
 Reféns da pele branca  
 (Mãe, me acorda de manhã...meu bentivi, ou me acorda amanhã o querubim)  
 Quilombo raiz, por um triz  
 Não vê o sol nascer,  
 Força maior, me protege dos vermes na caça do dendê  
 Somos um só, somos o sol  
 Que ilumina a melanina,  
 Menina labuta, na trilha caminha, odoya  
 No ventre carrego uma filha e eu não posso ceder  
 Será mais um indo que os velhos virão nascer, viram morrer  
**(Testemunho, poesia Môa)**

Meus olhos já se cansaram de ver tanta dor  
 E eu?, me pergunto se no mundo ainda há amor  
 Não aguento mais dormir ao som sinfonia de tiros,  
 E amanhecer o dia sabendo que perdi mais alguns amigos,  
 Porque o ouro a prata compra riquezas

Que não conseguem pagar a dor de uma perda  
 Peço forças a Deus, e que a alma dos meus irmãos encontrem a salvação.  
 A favela ta em crise,  
 Não podemos contar com sistema porque infelizmente pro favelado é só algema  
 mãe que chora, pelo filho que vai  
 Na bíblia tem escrito a seu pai e tua mãe honrar  
 Era o que sempre dizia o meu amor,  
 Que ao som da mesma sinfonia a vida me tirou  
 Eram 23 da noite, eu dormia ao seu lado  
 Enorme covardia e o som dos disparos.  
 Não entendo porque tanto ódio a cor de pele ou classe social  
 Somos carne e osso,  
 Tudo igual.  
**(História de um menino, poesia Mãe)**

Outra representante desta geração de poetas é Natália Paraguassu, 20 anos, que atualmente reside em Simões filho, bairro da região metropolitana de Salvador. Natália aborda em suas poesias temas como a vivência dentro da periferia, tanto quanto relatos individuais sobre o que é ser uma mulher negra periférica. Vinda de uma família de músicos, começou a rimar e escrever poesias aos 16 anos, em um evento de arte literária na escola pública onde cursava o ensino médio. Natália é estudante do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) no campus dos Malês localizado em São Francisco do Conde, e atualmente ainda compõe suas poesias como forma de protesto contra esse sistema racista e genocida.. Natália afirma que tem como objetivo levar para sua comunidade tudo que aprende dentro do espaço acadêmico, com uma esperança de que possa mudar o mundo a sua volta com seus ideais, pois acredita que o conhecimento é o único meio para uma sociedade mais justa e igualitária. Abaixo uma das poesias escritas por Natália (2019).

Foram 80, 80 tiros oriundos  
 Do braço armado do estado  
 Mas não foram 80, que saíram no laudo  
 Foram 200, 200 disparos  
 Que atingiram o carro  
 O carro de uma família preta  
 É muita treta  
 O sistema nos extermina  
 Com uma crueldade sangrenta  
 A população preta, carece de atenção  
 Já que pra eles, todo preto é ladrão  
 Foda né  
 Essa comoção  
 É seletiva  
 Pra eles

É nós ver com diplomas nas mãos  
Comandando atrás de uma mesa  
Nos querem na esquina  
Esperando o próximo cliente  
Pra vender cocaína Mas não será assim  
A justiça será feita boicotaremos o sistema  
E diogo mais  
Mulheres pretas, justiceiras  
Teremos mais  
Donas de seus valores  
Movendo o mundo  
Pelos seus ideais  
Eu digo isso  
Pq eu sou uma delas  
Pq eu convivo com elas  
E nenhuma delas  
Amarela  
Sem ideia  
A mulher preta tem pra trocar  
A mulher preta tem pra ensinar  
Temos que reagir  
REAJA!  
**(Natália Paraguassu)**

## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A mãe que chora, pelo filho que vai  
 Na bíblia tem escrito a seu pai e tua mãe honrar  
 Era o que sempre dizia o meu amor,  
 Que ao som da mesma sinfonia a vida me tirou  
 Eram 23 da noite, eu dormia ao seu lado  
 Enorme covardia e o som dos disparos  
 (Môa, 2016).

A realização de uma pesquisa científica ou acadêmica, exige que possamos utilizar alguns métodos e técnicas que possam facilitar na construção de caminhos que nos levem ao cumprimento dos objetivos da pesquisa.

Na investigação aqui proposta será utilizada a metodologia qualitativa, que, segundo Gerhardt & Silveira (2009, p.31), “[...] não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”. Para os autores, na pesquisa qualitativa o cientista é ao mesmo tempo o objeto e o sujeito, sendo o desenvolvimento da pesquisa imprevisível e o conhecimento do pesquisador parcial e limitado. Para a produção, primeiramente iremos passar pelo processo de coleta de dados.

De acordo Moura e Ferreira (2005),

Técnica de coleta de dados está intimamente associado à natureza dos constructos envolvidos na pesquisa, na medida em que tal escolha deve se nortear pelo objetivo de obter instrumentos capazes de fornecer informações úteis a respeito dos indicadores explicitados na definição prévia desses constructos (p. 54).

Sendo assim, a realização desta pesquisa se dará por meios de entrevistas que facilitarão o processo de coleta de dados. As entrevistas realizadas serão semiestruturadas que, Moura & Ferreira (2005) defendem como uma técnica em que exista um roteiro planejado de perguntas, que ao passar da entrevista pode ir se transformando tendo em vista que o sujeito pesquisado tenha uma liberdade de inserir novas questões conforme a construção da entrevista. Buscarei através das entrevistas com os(as) jovens poetas negros e negras verificar em suas falas a presença da resistência poética.

Os(as) entrevistados(as) serão selecionados seguindo as categorias utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) no que confere a auto identificação, sendo assim, a prioridade de sujeitos e sujeitas para serem entrevistados serão pessoas que se auto identifiquem enquanto negras e pardas, que sejam poetas residentes nas periferias da cidade de Salvador e que tenham entre 15 e 25 anos de idade.

Para aprimorar a coleta de dados, serão utilizados alguns recursos tecnológicos com a finalidade de registrar e recolher o máximo de informações possíveis. Os registros serão feitos com o consentimento dos sujeitos entrevistados, assegurando, assim, uma concepção mais dialógica e ética.

A pesquisa também utilizará a análise de discurso, que facilitará no processo de compreensão das construções ideológicas presentes na produção poética.

Segundo Foucault (2007),

O discurso nada é mais do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar a interioridade quase silenciosa da consciência de si. (p. 49).

Neste sentido será feita a análise das poesias marginais dos sujeitos/sujeitas entrevistados com a finalidade de perceber nas suas escritas a indignação/o protesto/ a denúncia contra as investidas policiais no território soteropolitano, buscando a relação entre vivência e construção poética marginal, no intuito de compreender como a poesia marginal se torna uma estratégia de resistência e denúncia da violência cometida pelo Estado brasileiro.

Em suma, acredita-se que através desses procedimentos e das abordagens metodológicas será realizada a investigação, que de forma sólida apontará caminhos para as nossas inquietações.





## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, W. M. J., & Ozella, S. Desmistificando a concepção de adolescência. *Cadernos de Pesquisa*, 38(133), p. 97-125, 2008.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- ARAÚJO, Sophia. 80 disparos. *Poesia Inédita*. Arquivo pessoal, 2019.
- BERNARDINO, Joaze. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. *Estud. afro-asiático*. Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção nacional: 1830-1889, (História do Brasil Nação: 1808-2010;2), volume 2 - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.*
- CAVALCANTE, Cleison. *A palavra tem poder*. *Poesia Inédita*. Arquivo Pessoal, 2019.
- COELHO, Rogério. Coletivoz [blog na internet]. Belo Horizonte: Rogério Coelho, 2008. Disponível em: <https://coletivoz.blogspot.com/2008/08/manifesto-da-voz-coletiva.html>.
- CRUZ, Dandara. Arquivo Pessoal, 2017.
- FLAUZINA, Ana Luíza. *Corpo Negro Caído No Chão: O Sistema Penal e o Projeto Genocida do Estado Brasileiro*. Brasília, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2007.
- GERALDO, Moisés Ferreira *A Construção da identidade de jovens negros, no bairro de Palmital em Santa Luzia, Minas Gerais.- Faculdade de Educação / Universidade Federal de Minas Gerais.*
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.) *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GROPPO, L. A. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. *Revista de Educação do Cogeime*, São Paulo, Ano. 13, n. 25, p. 9-22, dez. 2000.
- GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). *Textos em representações sociais*. 5. Ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo 2010. Levantamento nacional de informações penitenciárias;
- INFOPEN Atualização - junho de 2016/ Organização Thandara Santos; colaboração, Marlene Inês da Rosa.. . [ et al.]. -- Brasília: Ministério da Justiça e Segurança pública Departamento Penitenciário Nacional, 2017. 65p.:il.color. Acesso em 16 jun.2019, Disponível em: [http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio\\_2016\\_22111.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf)

KEHL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. *Outro Olhar*, ano V, n. 6, Belo Horizonte, 2007.

MENEZES, Pollyana. Arquivo Pessoal, 2016.

Môa. Arquivo Pessoal, 2018.

MOURA, M.L.S; FERREIRA, M.C. Projeto de pesquisa, elaboração, redação e apresentação. Ed. UERJ, 2005.

NASCIMENTO, Érica Peçanha Do. “Literatura Marginal”: os escritores da periferia entram em cena. São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Rejane Pivetta. Literatura marginal: questionamentos à teoria literária. *Ipotesi*, Juiz de Fora, v.15, n.2 - Especial, p. 31-39, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaipotesi/files/2011/05/7-Literatura.pdf>

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. O Sistema Classificatório de “Cor ou Raça” do IBGE. 996. Ed. Brasília: Texto Para Discussão, 2003. 53 p. IPEA.

PARAGUASSU, Natália. Arquivo pessoal, 2019.

PEQUENO, Leticia Sampaio. Juventude Negra E Movimentos Culturais de Resistência: Interfaces com o Maracatu Nação Iracema em Fortaleza/Ce. IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social, 2013.

REIS, Vilma. Na mira do racismo institucional – quebrando o silêncio diante da matança de jovens-homens-negros em Salvador. In: *Jornal Irohin*, Brasília, 2005.

RUZANY, Maria Helena; MEIRELLES, Zilah Vieira. Adolescência, juventude e violência: identificação, abordagem e conduta. *Adolescência & Saúde*, v. 6, n. 3, 2009.

SANTOS, Tiago Vinícius André dos. Racismo institucional e violação de direitos humanos no sistema de segurança pública: um estudo a partir do Estatuto da Igualdade Racial. São Paulo. Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Taiane Almeida; Martins, Hebert Toledo. A representação da chacina do cabula em impressos da capital baiana. 1 Trabalho apresentado no IV Congresso Internacional sobre culturas, realizados entre 21 a 23 de novembro. Cachoeira - BA, 2018.

TEIXEIRA, Alessandra; SALLA, Fernando Afonso; MARINHO, Maria Gabriela. Vadiagem e prisões correcionais em São Paulo: Mecanismo de controle no firmamento da república. *Estudo Histórico*, Rio de Janeiro. Vol.29, nº 58, p. 381-400, maio-agosto, 2016.

VÉRAS, M. P. B. Exclusão social – um problema de 500 anos. In B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

**APÈNDICE**

## **Roteiro de Entrevista**

### **Dados demográficos**

1. Qual a data e local de seu nascimento?
2. Qual a sua cor ou raça?
3. Em que cidade/bairro você mora atualmente?
4. Qual sua escolaridade?
5. Você tem algum envolvimento com movimentos sociais?

### **Trajatória/ Contato com a poesia marginal**

1. Desde quando você escreve poesias?
2. Qual o sentido?
3. Quais estilos de poesias costuma escrever com mais frequência?
4. Existe uma insatisfação/contestação nas suas escritas poéticas?
5. O que você acha sobre o termo “poesia marginal”?
6. Quando você começou a se interessar pela poesia marginal?
7. Você gostaria de acrescentar algum comentário sobre o seu contato com a poesia marginal?
8. Como você enxerga a segurança pública na Bahia?
9. Em sua concepção, a poesia marginal pode ser considerada uma estratégia de embate, denúncia ou resistência a violência policial?
10. Como acredita que a sua poesia possa se tornar uma estratégia de insatisfação a violência policial?